

Reocupação do Norte Pioneiro do Paraná

: o caso de Cambará, Alambary e os indígenas

Mateus Torelli Fidelis

Graduando em História pela Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP). Bolsista pelo PIBIC/Fundação Araucária.

Resumo

Para compreender as *frentes de expansão* e *frentes pioneiras* de um determinado local, devemos abranger nossa visão para além de uma história única, tradicional e hegemônica. No estudo da “colonização” do norte do Paraná no início do século XX, utilizamos a concepção de reocupação, pela qual se entende este espaço como local já habitado por sociedades indígenas e posseiros-caboclos, historicamente silenciados pela história do “pioneiro”. No presente estudo, analisamos como se deu a reocupação do território de Cambará, Paraná, indo além dos marcos históricos estabelecidos pelos “colonizadores”. Com ajuda de referências teóricas, fontes jornalísticas, memorialísticas e relatórios, discorremos sobre: a presença indígena na região; a chegada do latifundiário Major Antonio Barbosa Ferraz Júnior como dominação; e os patrimônios materiais e imateriais, como o rio Alambari, e a denominação da fazenda Água do “Bugre” – sua propriedade. Assim, examinamos o porquê do povoado de Alambary mudar seu nome para “Cambará” por volta de 1920 e se o antigo nome da Villa Alambary seria sinônimo de atraso, ao passo que Cambará (madeira exportada naquela época) representaria a superação de uma sociedade tida como “incivilizada” pelos “reocupantes”.

Palavras-chave História regional – Espaço – Vazio demográfico.

Submissão

27/03/2022

Aprovação

13/07/2022

Publicação

04/08/2022

Reoccupation in the North Pioneiro of Paraná: The Case of Cambará, Alambary and the Indigenous

Abstract

In order to understand the *expansion fronts* and *pioneer fronts* of a given place, we must broaden our vision beyond a single, traditional, and hegemonic history. In the study of the “colonization” of northern Paraná at the beginning of the 20th century, we used the concept of reoccupation, by which we understood this space as a place already inhabited by indigenous societies and posseiros-caboclos, historically silenced by the history of the “pioneer”. In the present study, we analyze how the reoccupation of the territory of Cambará, Paraná, took place, going beyond the historical landmarks established by the “colonizers”. With the help of theoretical references, journalistic sources, memorial and reports, we discuss about: the indigenous presence in the region; the arrival of the landowner Major Antonio Barbosa Ferraz Júnior as a domination; and the material and immaterial patrimonies, such as the Alambari river, and the name of the Água do “Bugre” farm – his property. Thus, we examine why the village of Alambary changed its name to “Cambará” around 1920, and whether the old name of Villa Alambary would be synonymous with backwardness, while Cambará (wood exported at that time) would represent the overcoming of a society considered as “uncivilized” by the “reoccupants”.

Keywords Regional History – Space – Demographic Empty.

Reocupación en el Norte Pionero del Paraná: el caso de Cambará, Alambary y los indígenas

Resumen

Para entender los *frentes de expansión* y los *frentes pioneros* de un determinado lugar, debemos ampliar nuestra visión a otras perspectivas, más allá de una historia única, tradicional y hegemónica. En el estudio de la “colonización” del norte de Paraná a principios del siglo XX, utilizamos el concepto de reocupación, por el que se entiende este espacio como un lugar ya habitado por sociedades indígenas y posseiros-caboclos, históricamente silenciado por la historia del “pionero”. En el presente estudio, analizamos cómo se produjo la reocupación del territorio de Cambará, Paraná, más allá de los hitos históricos establecidos por los “colonizadores”. Con la ayuda de referencias teóricas, fuentes periodísticas, memoriales e informes, se discute sobre: la presencia indígena en la región; la llegada del terrateniente Mayor Antonio Barbosa Ferraz Júnior como dominación; y los patrimonios materiales e inmateriales, como el río Alambari, y el nombre de la finca Água do “Bugre” – su propiedad. Así, examinamos por qué el asentamiento de Alambary cambió de nombre a “Cambará” alrededor de 1920 y si el antiguo nombre de Villa Alambary sería sinónimo de atraso, mientras que Cambará (madera exportada en la época) representaría la superación de una sociedad considerada como “incivilizada” por los “reocupantes”.

Palabras clave Historia regional – Espacio – Vacío demográfico.

Introdução

Este presente texto pretende analisar a chamada reocupação do território hoje conhecido como Cambará, no nordeste do Estado do Paraná, conhecido como norte “Pioneiro”, com base nas concepções de espaços e fronteiras. A terminologia utilizada para denominar essa parte territorial – norte “Pioneiro” – se torna um tanto problemática, pois parte do princípio de uma formação identitária que corrobora para a reificação da história do vencedor, do “pioneiro”, de caráter heroico e mitológico. Nesse sentido, concordamos com o historiador Marcio Carreri ao afirmar que: “os três momentos de sua fundação (norte do paraná, norte velho e norte pioneiro), com suas representações singulares, dizem muito sobre sua ocupação”.¹

Sobre a construção do Norte Pioneiro no âmbito historiográfico, ela se dá a partir do estabelecimento do branco em um determinado espaço já ocupado, com o objetivo de recriar uma narrativa histórica que diz respeito a seus interesses enquanto detentores de um poder local-regional, formando territórios, relações sociais “civilizadas”, modernizações e fronteiras. Sobre as características pioneiras, podemos notá-las nas *impressões de viagens* do Romário Martins, organizada pelo Antônio Paulo Benatte e Nelson Dacio Tomazi. Essas impressões se tratam da junção documental que esses autores realizaram acerca da viagem de Romário a esta região no ano de 1923. No primeiro capítulo, intitulado “Os pioneiros”, é expresso um traço comum desses atores sociais, que é aquele que chegara “primeiro”, como no caso de Jacarezinho, em que cita a chegada de Antônio da Fonseca Alcantara em 1888.² No exemplo de Cambará, além de outras famílias, o “pioneiro” mais notável é o Major Antônio Barbosa Ferraz Junior e seu núcleo familiar, acompanhado de figuras políticas tais como seus filhos Bráulio e Leovigildo.

Entretanto, uma das principais problemáticas levantadas nesta pesquisa são: como se deu a reocupação territorial no espaço que se compreende na atual Cambará? Quais os subterfúgios da colonização perante os primeiros ocupantes dessas terras? Como o povo indígena é tratado perante essa expansão capitalista impulsionada pela onda

¹ CARRERI, M. L. “O ‘Norte Pioneiro’ do Paraná: região, modernização e dominação”. *Anpuh-Brasil: 31º Simpósio Nacional de História*, Rio de Janeiro, 2021. p. 4.

² MARTINS, R. *Cafelândia ou terra das glebas de ouro: impressões de viagens: 1923*. Org. de A. P. Benatte e N. D. Tomazi. Londrina: Eduel, 2013. p. 23.

colonizadora que vinha de espaços outros? E como ficou a integração do indígena e do caboclo-posseiro na construção da cidade de Cambará?

Para tentar compreender a reocupação do espaço – até então ocupado por nações indígenas – tivemos que nos aprofundar em estudos sobre o espaço anterior à colonização, ou seja, do espaço do silenciado de um lado, e logo do espaço da fronteira econômica e demográfica. Além disso, há a fronteira entre o indígena e o caboclo-posseiro se contrapondo à fronteira do colonizador, ou do “reocupante”. E por isso, com base na tese de doutorado de Nelson Dacio Tomazi, a autora Gelise Cristiane Ponce Martins e o autor Moisés Wagner Franciscon, em um artigo sobre *o indígena na ocupação do norte do Paraná*, apontam a importância e a necessidade dessa compreensão analítica, pois

Os povos indígenas devem ser integrados à análise do processo de colonização do Norte do Paraná, para que se tenha uma visão daqueles que já estavam na região quando esta passou a ser (re)ocupada sob a ótica do capital. Como todos os homens que vivem em sociedade, eles também devem fazer parte da história da região em estudo. Mesmo que não tenham deixado registros escritos, seus relatos foram e continuam sendo feitos oralmente. Seus descendentes são a expressão viva da existência destes povos que pertencem à nossa história e que continuarão presentes tanto quanto nós.³

Porém, esse estudo, voltado à Cambará, não é particular nessa temática, como podemos ver na recente dissertação de Ronaldo da Silva Cunha, de 2021. Sua investigação tem como objetivo analisar como se deu o processo histórico da fundação do Colégio Nossa Senhora das Graças, localizada na cidade de Cambará – objeto de nosso estudo –, em um recorte historiográfico entre 1950-1955. Compreendendo a reocupação desse espaço no início do século XX, Cunha ressalta a importância de vários autores para a reflexão, já que

A narrativa oficial da fundação do norte pioneiro, que legitima o papel dos “desbravadores” mineiros e paulistas, suscitaram críticas de diversas pesquisas, das quais as mais citadas são a do sociólogo Nelson Dacio Tomazi e a do historiador Ruy Wachowicz. O trabalho destes dois autores para além da história oficial trazem evidências a partir das minorias, dos excluídos, dos grupos sociais, dito “vencidos”. Em contraposição a essa narrativa, trazemos também a historiadora Letícia Fernandes e a socióloga Mariana Panta, que trazem importantes contribuições a esta discussão sobre o norte do Paraná.⁴

³ FRANCISCON, M. W; MARTINS, G. C. P. O indígena na ocupação do Norte do Paraná: o mito do vazio demográfico. *Revista Percurso - NEMO*, Maringá, PR, v. 10, n. 2, 2018. p. 54.

⁴ CUNHA, R. S. *O processo de fundação do Colégio Nossa Senhora das Graças na cidade de Cambará/PR (1950-1955): política, fé e educação*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Norte do Paraná, Jacarezinho, PR, 2021. p. 55.

Tanto no livro da memorialista Alice do Amaral Faria⁵ e no livro da Ir. Alba Pugas,⁶ o marco “civilizatório” de Cambará se dá a partir de 1904, quando os “pioneiros” Francisco Moreira e Alexandre Domingos Caetano chegaram nessas terras, e onde também começaram a chegar migrantes do Estado de São Paulo e Minas Gerais, grande parte em busca de novas terras para o plantio do café e de agricultura de subsistência, de trabalhos no campo e na cidade e da formação de uma sociedade tradicional. Com base no historiador Stanley J. Stein, Marcio Luiz Carreri afirma que “a produção cafeeira fez lugares, inventou sociabilidades, de pessoas e do capital, com fazendas, ferrovias e cidades, chegou a extremos do oeste paulista e norte paranaense, em outros termos, foi ‘a raiz, o tronco e os galhos da economia nacional’.”⁷

Porém, é fundamental compreender a espacialidade anterior ao espaço da reocupação (região, fronteira, cidade), ou, melhor falando, o espaço do indígena e de suas significações materiais e imateriais que tentam se perseverar ao longo do tempo, como no caso do rio Alambari.⁸ Nisso, fora preciso se aprofundar na contextualização desse espaço no final do século XIX, levantando como problemática: se havia indígenas e há evidências de sua existência anterior a reocupação, por que não é enfatizada a sua história enquanto nossa identidade? Nesse sentido, em um artigo sobre os quilombolas da Comunidade negra rural Olhos d’água dos Azevedos – município de Miguel Alves, Piauí –, em um estudo sobre patrimônio material e imaterial, Hellen Joyce de Freitas Costa afirma que “o patrimônio também é uma representação da identidade de um determinado povo”.⁹

A respeito da transformação da sociedade, buscamos estudar o espaço de reocupação como um espaço de transformação material, lugar de alteração, como elenca o filósofo e sociólogo francês Henri Lefebvre, em *A produção do espaço*, ressaltando que “quando uma sociedade se transforma, os materiais de uma tal mutação provêm de outra prática social, historicamente (geneticamente) preexistente”.¹⁰ Além de Lefebvre, o sociólogo brasileiro José de Souza Martins entende a fronteira como:

⁵ FARIA, A. A. *Alma da terra Cambará: portal de ouro do Norte Pioneiro*. Curitiba: Opta, 2001.

⁶ PUGAS, A. L. *De Alambari a Cambará: um resgate histórico*. Cambará, PR: Iara, 2002.

⁷ STEIN, S. *Grandeza e decadência do café no Vale do Paraíba*. São Paulo: Brasiliense, 1957 apud CARRERI, M. L. “O ‘Norte Pioneiro’ do Paraná: região, modernização e dominação. *Anpub-Brasil: 31º Simpósio Nacional de História*, Rio de Janeiro, 2021. p. 5-6.

⁸ Atualmente o rio é conhecido como Alambari, mas originalmente, com base na escrita do final do século XIX e início do século XX, era conhecido como Alambary. Por isso, nesse texto, buscamos optar pela segunda denominação por conta de sua originalidade e pela contextualização de sua época.

⁹ COSTA, H. J. F; LIMA, L. P; SOUSA, M. S. R. “Patrimônio e pertencimento: reflexões sobre patrimônio cultural no aspecto material, imaterial e ambiental”. *Revista de Políticas Públicas*, São Luís, 2019. p. 2.

¹⁰ LEFEBVRE, H. *A produção do espaço*. Trad. de D. B. Pereira. [S. l.: s. n.], 2006. p. 262.

Frentes de expansão [...], um dos modos pelos quais se dá o processo de reprodução ampliada do capital, o da sua expansão territorial. Um *outro momento desse modo* de expansão tem sido o que se dá através do deslocamento das chamadas *frentes pioneiros*. Ambas, na verdade, são faces e momentos distintos da mesma expansão.¹¹

Além disso, devemos entender a fronteira como local de diferentes temporalidades no que se refere às classes sociais ali existentes. O cotidiano do indígena e do posseiro-caboclo se dão de maneiras diferenciadas, assim como o do grande e pequeno proprietário de terras, dos colonizadores paulistas e mineiros, e consequentemente dos colonos vindos de diversos países. Nisso, concordamos com a distinção feita por José de Souza Martins sobre as frentes pioneiros e frentes de expansão, pois

A distinção entre frente pioneira e frente de expansão é, na melhor das hipóteses, um instrumento auxiliar na descrição e compreensão dos fatos e acontecimentos da fronteira. É um instrumento útil quando as duas concepções são trabalhadas na sua unidade, quando destaca a temporalidade própria da situação de cada grupo social da fronteira e permite estudar a sua diversidade histórica não só como diversidade estrutural de categorias sociais, mas também como diversidade social relativa aos diferentes modos e tempos de sua participação na História.¹²

Nessa perspectiva, um ponto importante a ser evidenciado é a questão indígena – quais Grupo-Étnico-Linguístico territorializaram a região anteriormente à reocupação? – e sua trajetória em meio ao avanço das frentes de expansão, partindo da indagação da presença indígena nesse espaço e onde se deslocaram, para mais adiante, debater sobre seu legado material e imaterial como patrimônio natural e simbólico. No que se refere às frentes pioneiros, abordamos a chegada dos novos ocupantes, com vista em um dos principais latifundiários do início do século XX no norte do Paraná, o então “ilustre” Major Antônio Barbosa Ferraz Júnior, que chegara com sua família de Ribeirão Preto. Nisso, fazemos um estudo sobre suas contradições enquanto “pioneiro”, com base em fontes bibliográficas, jornalísticas e documentais, nos questionando sobre o porquê do Major Barbosa vender suas terras em Ribeirão Preto, para a formação da fazenda Água do Bugre no povoado de Alambaré por volta de 1910.

Enquanto à reflexão sobre a alteração de Alambaré para Cambará: por que não mantiveram a toponímia da cidade de Alambaré e mudaram o nome para Cambará? Aliás, fazemos uma reflexão sobre a denominação do rio como “Alambaré”, ressignificando a história e identidade indígena nesse espaço, e que, porventura, resiste

¹¹ MARTINS, J. S. *Fronteira: a degradação do outro nos confins humanos*. São Paulo: Contexto, 2009. p. 24, grifos do autor.

¹² Idem. “O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e frente pioneira”. *Tempo Social*, São Paulo, p. 25-70, 1996. p. 32.

até os dias atuais. Além do mais, é pertinente a reflexão sobre o nome que o Major Barbosa dera para sua fazenda, como “Água do Bugre”. Partindo da análise do imaginário da virada do século XIX para o XX, levantamos questões como: por que ele optara por denominar sua fazenda como Água do Bugre, e não como nome de algum santo/a, como era bem comum na época? Por que usar uma designação, que, atualmente entendemos como preconceituosa, como se referir ao indígena como “bugre”? Ademais, o que ele quisera significar com essa denominação?

Para onde foram as comunidades indígenas que residiam no espaço antes da cidade de Cambará?¹³

Se levamos em consideração o processo de migração e imigração como reocupação no período que se compreende entre o século XIX e início do século XX, então temos que evidenciar a presença das sociedades indígenas antes desse marco “civilizatório”, ou seja, antes da chegada dos “colonizadores” ou “pioneiros”. Nesse sentido, temos como preocupação, encontrar vestígios por meio das fontes documentais, de relatórios e de trabalhos científicos. Assim, temos como recorte temporal a segunda metade do século XIX, analisando as presenças indígenas antes do povoado de Alambary, ou das frentes de expansão e pioneira.

A dissertação de Fabiana Terhaag Merencio sobre a tecnologia lítica Xetá nos traz informações importantes para refletir a mobilidade das comunidades indígenas no Paraná, em especial os Xetás. Com base na antropóloga María Nieves Zedeño, a autora enfatiza que:

A identificação de diferentes grupos indígenas na região do vale do rio Ivaí nesse período indica que, muito possivelmente, as fronteiras territoriais *não eram estáticas*, mas, sim, permeáveis, no sentido de que cada grupo poderia considerar espaços não contíguos como parte de seu território, ou até mesmo compartilhar determinados pontos.¹⁴

Nesse sentido, conforme grifado, a população Xetá¹⁵ não era estática ou permanecia no mesmo local indeterminadamente. Se falando da localidade ao norte do

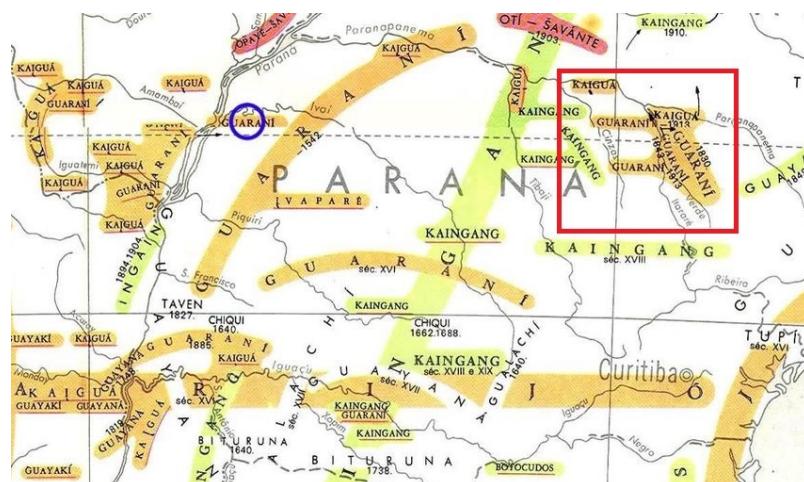
¹³ Para melhor compreensão do nosso recorte espacial, ver a Figura 2, no final deste artigo.

¹⁴ MERENCIO, F. T. *Tecnologia lítica Xetá: um olhar arqueológico para a coleção etnográfica de lítico, lascado e polido do MAE-UFPR*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014. p. 31, grifo do autor.

¹⁵ Os indígenas Xetás são muito próximos da sociedade Guarani, desde que no léxico e na fonologia, os Xetás fazem parte (parcialmente) do Mbyá. Na literatura antropológica sobre os Xetás, sua localização se comprehende no espaço entre o curso inferior, médio e superior do rio Ivaí. Com o avanço das frentes de colonização, essa população se tornara flexível de acordo com a disponibilidade de víveres, ou seja, elas foram se aventurando pelos rios Paranapanema, Cinzas e Tibagi ou entre outras bacias hidrográficas, no norte e nordeste do território paranaense.

Paraná, podemos imaginar o espaço não como um ambiente de permanência, mas, por meio de outros fatores, como um local em movimento contínuo com a natureza e o indígena no processo de mobilidade, a exemplo da prática de nomadismo, ou conforme a autora de acordo com Kozák e Maranhão, como “alto nomadismo”. Além disso, a autora nos traz uma imagem (Figura 1) fundamental para a localização das populações indígenas no Paraná, principalmente compreendendo o nosso recorte espacial de estudo.

Figura 1 Mapa etno-histórico Curt Nimuendajú (1981 [1944])



Fonte Biblioteca Digital Curt Nimuendajú. MERENCIO, F. T. *Tecnologia lítica Xetá: um olhar arqueológico para a coleção etnográfica de lítico, lascado e polido do MAE-UFPR*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014. p. 32.

Analizando o quadrilátero vermelho destacado na Figura 1, podemos destacar, por meio do mapa etno-histórico do etnólogo Curt Nimuendajú, que a localidade que compreende o atual nordeste do Paraná era ocupada pela sociedade Guarani e pelos Kaingangs, na margem do rio Paranapanema, rio Itararé e rio das Cinzas no século XIX, enquanto os Xetás se localizavam em locais mais ao noroeste, conforme os estudos da Merencio. Outra evidência da presença indígena é o relatório do engenheiro Theodoro F. Sampaio publicado em 1890, com o nome de *Considerações geográficas e econômicas sobre o Valle do Paranapanema*, em que fala sobre o contexto dos “indios errantes” na área que se refere abaixo da cidade de Salto Grande, com iniciativa estratégica para reunir os autóctones, para “abrir caminho” à frente de expansão.

Os mesmos missionários fariam ali o seu noviciado, conhecendo e praticando com os representantes de varias tribus, antes de iniciar o seu perigoso apostolado. Talvez fosse conveniente mudar o estabelecimento para o ponto mais próximo à barra do Tibagy e ali

em posição favorável pela segurança e facilidade das comunicações se acharia de melhor condição servir à catechese, attrahindo as tribus errantes abaixo do Salto Grande, e protegendo o inicio da navegação fluvial.¹⁶

Sobre essa “estratégia”, ou reagrupamento dos indígenas nos aldeamentos, o historiador Paulo Silva enfatiza o imaginário do “colonizador” em questão, citando o relatório de Sampaio, em que diz:

Para resolver o problema indígena [...] a melhor solução seria a criação de aldeamentos, que seriam constituídos enquanto elementos estratégicos na ocupação territorial. [...] Para o engenheiro, o indígena deveria deixar de ser um empecilho para se tornar útil no desenvolvimento desses sertões, pois sua existência não possuía nenhum valor senão como instrumento do povo civilizado.¹⁷

A respeito do Aldeamento de São Pedro de Alcântara, sob direção do Frei Timóteo de Castelnuovo, na localidade que se compreende a cidade de Jataizinho, o artigo de Edson Claiton Guedes afirma que:

Sua implantação deu-se nos caminhos dos rios Tibagi e Paranapanema e vinha resolver algumas situações: para que se pudesse colonizar e implementar a agricultura e a pecuária nas terras habitadas pelos índios (catequese era o termo religioso); para povoar a região norte do Estado e também para fortalecer o comércio por vias fluviais entre as Províncias do Paraná e Mato Grosso.

Aldear os povos indígenas, segundo a concepção do século XIX, significava reunir povos diferentes sob um mesmo território, obrigando-os a uma legislação única.¹⁸

Para as questões levantadas, sobre a presença das sociedades indígenas no espaço em estudo, foi necessário pensar antes do processo de reocupação, problematizando: para onde foram os povos originários (Figura 1), que constituíram o território tradicional indígena essa localidade? A principal hipótese é de que os nativos foram deslocados por meio de projetos do Estado, para os aldeamentos indígenas, em direção ao oeste, com o “objetivo” de “limpar socialmente” as matas para a exploração do solo pelo capital que avançava nessa região. Nisso o autor ressalta que: “na visão dos políticos da época, dava (o aldeamento) conta de duas questões importantes: a

¹⁶ SAMPAIO, T. F. *Exploração dos rios Itapetininga e Paranapanema*. Comissão Geographica e Geologica da Província de S. Paulo. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889. p. 26. Atualmente, o espaço que se compreende abaixo de Salto Grande, São Paulo, se localiza a cidade de Cambará, Paraná, local do nosso estudo.

¹⁷ SILVA, P. *Entre “matas frondosas” e um “rio perigoso”: representações de viajantes sobre a conquista do Médio Paranapanema (1878-1906)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, PR, 2019. p. 195-196.

¹⁸ GUEDES, E. C. “Frei Tomóteo de Castelnuovo: missão, utopia e realidade no aldeamento São Pedro de Alcântara de Jataizinho/PR (1855-1895)”. *Anais do VII Congresso Internacional de História*, Maringá, PR, 2015. p. 2880-2881. É oportuno ressaltar que a cidade de Jataizinho é sucessora do Aldeamento de São Pedro de Alcântara.

utilização das terras ocupadas pelos *índios* e a inserção destes num ambiente controlado”.¹⁹

Sobre esse “projeto” de aldeamentos indígenas em um determinado local, tinha como objetivo facilitar, “civilizar”, ou, “catequizar” para depois os integrar na sociedade da reocupação para o trabalho e a vida tradicional. Ao mesmo tempo, com o propósito de ilustrar ou representar o cenário do norte do Paraná para os grandes proprietários nas compras de terras e reocupação do espaço. Para entender melhor os esquemas desse projeto, em um relatório da Província do Paraná denominado como Dados Estatísticos e Esclarecimento para os Emigrantes, publicado pelo G. Leuzinger e Filhos, partindo do Ministério dos Negócios da Agricultura, do Commercio e das Obras Públicas, em um capítulo sobre “*Indios ou Aborigines*”, eles enfatizam:

O Governo Imperial²⁰ faz os maiores esforços para civilizar esses índios: *ha um serviço organizado e pago pelo Thesouro Nacional para Catechese dos Indios.*

Na própria província do Paraná há aldeamentos de *índios catechizados* em Santo Ignacio de Paranapanema, em S. Pedro de Alcantara, em S. Jeronymo e nos Campos de Guarapuava e de Palmas.

[...] Neste momento estuda-se o problema da criação de collegios para instruir os filhos dos índios, e empregal-os simultaneamente com os missionários da santa missão de chamar ao grêmio da civilisação os primitivos habitantes d'essas riquíssimas regiões.²¹

Buscando visar os modos de ver a fronteira – em que, num primeiro momento, o contato dos brancos se deu por meio das políticas de aldeamento para controle das populações indígenas – entra em questão a noção de frente de expansão, que nesse caso iniciará o desenvolvimento da Villa Alambary em 1904 por meio de relações não capitalistas de produção. Essa expansão, segundo o José de Souza Martins entende “como não caracteristicamente capitalista”, mas que é “essencialmente expansão de uma rede de trocas e comércio, de que quase sempre o dinheiro está ausente”, onde “o mercado opera, através dos comerciantes dos povoados, com critérios monopolísticos”.²²

¹⁹ GUEDES, E. C. “Frei Tomóteo de Castelnuovo: missão, utopia e realidade no aldeamento São Pedro de Alcântara de Jataizinho/PR (1855-1895)”. *Anais do VII Congresso Internacional de História*, Maringá, PR, 2015. p. 2880.

²⁰ Por meio das explorações dos engenheiros José e Francisco Keller.

²¹ PARANÁ. *Dados Estatísticos e Esclarecimentos para os Emigrantes*. Rio de Janeiro: G. Leuzinger & Filhos, 1875. p. 93, grifos do autor.

²² MARTINS, J. S. *Fronteira: a degradação do outro nos confins humanos*. São Paulo: Contexto, 2009. p. 30.

As frentes de expansão e pioneira no processo de reocupação de Alambary a Cambará

Nessa segunda parte do trabalho, ilustramos o cenário da reocupação da cidade de Cambará. Nesse sentido, devemos entendê-la em duas partes: a primeira compreendendo o povoado de Alambary, com a chegada dos caboclos-posseiros mineiros; e depois com o avanço das frentes pioneiras, com o estabelecimento dos grandes proprietários e dos (i)migrantes para o trabalho na lavoura cafeeira dando início à fase de colonato, como demonstrou os estudos de José de Souza Martins.²³

Segundo a historiografia cambaraense, o início do repovoamento desse espaço se dá a partir de 1904, com a chegada do mineiro Alexandre Domingos Caetano, que se estabeleceria “próximo a uma *aldeia de índios, de índole pacífica*”, como enfatiza a autora Pugas. Seguindo essa perspectiva, ela entende os indígenas já residentes nesse espaço como seres abstratos, pois para ela, o “movimento colonizador da cidade de Cambará iniciou-se no ano de 1904”.²⁴ Assim, devemos nos atentar a respeito desse “marco histórico colonizador”, questionando sobre como que surgiu a Villa Alambary, perpassando o marco de 1904. Com base no jornal *A República Orgam do Partido Republicano*, disponibilizado pela Biblioteca Nacional, por meio de um anúncio de venda de terras por parte do diretor da Secretaria de Obras Públicas, Luiz França, evidencia que o povoado de Alambary não fora criado em 1904, mas que já existia em 1900:

Se faz público para o conhecimento dos interessados, que os autos de medição e legitimação da posse de terras denominada *Alambary*, sita no município de Jacaresinho, comarca de S. José da Boa Vista achão-se com vista aos oponentes por espaço de 10 dias a contar dessa data.²⁵

Por meio do estabelecimento de aldeamentos indígenas mais ao oeste, sendo reagrupados por conta de projetos do Estado, e por meio dos anúncios (como acima) sobre a medição e legitimação das posses das terras do Alambary, entendemos esse espaço não como despovoado, como nos livros da Pugas e Faria,²⁶ mas compreendemos esse lugar como espaço de dominação, e apesar disso, como espaço de apropriação por meio da penetração das frentes de expansão. Somente a partir de 1904, podemos falar sobre as chamadas *frentes pioneiras*, pois nisso se dá a chegada do Major Antônio

²³ MARTINS, J. S. *Fronteira: a degradação do outro nos confins humanos*. São Paulo: Contexto, 2009.

²⁴ PUGAS, A. L. *De Alambari a Cambará: um resgate histórico*. Cambará: Iara, 2002. p. 16, grifos do autor.

²⁵ FRANÇA, L. “Secretaria de obras públicas e colonização”. *A República PR*, ed. 67 – Biblioteca Nacional, 1900. p. 3, grifos do autor.

²⁶ FARIA, A. A. *Alma da terra Cambará: portal de ouro do Norte Pioneiro*. Curitiba: Opta, 2001.

Barbosa Ferraz Júnior, latifundiário, que explorava as terras com objetivos de acumulação do capital e do lucro individual (ou da própria família, como podemos ver a respeito de seus filhos, também donos de fazendas nesse espaço e detentores de poderes políticos). Antes de refletirmos sobre o espaço de alteridade e suas permanências materiais, devemos levar em conta, um pouco da história desse ator social. Entretanto, quem fora esse indivíduo?

Segundo o artigo de Martines sobre a Cia Barbosa Ferraz, ele nascera em Rio Claro, no dia 10 de julho de 1863. Filho de fazendeiro, estudou no Colégio chamado “Culto às Ciências”, com o objetivo de aprender administração para ajudar na fazenda de seu progenitor.²⁷

Contudo, no jornal *O Dia PR* de 1953, em uma narrativa heroicizada, numa reportagem sobre os Desbravadores do Paraná eles dizem que:

Só aqueles que não conhecem a região setentrional do nosso Estado podem ignorar quem foi Major Antonio Barbosa Ferraz Junior. Ainda que outros tivessem com antecedência, explorado o plantio do café em Jacarezinho e Santo Antônio da Platina, coube, no entretanto, àquele ilustre paulista a glória, incontestável, de ter sido o desbravador do sertão além Cambará. Ele foi o pioneiro inteligente, sagaz e ativo, homem no amanho à terra, cresceu e morreu, como um enamorado, com as vistas abraçadas ao querido cafeeiro.²⁸

Além disso devemos problematizar: se ele era dono de uma fazenda próspera em Ribeirão Preto, então por que ele vendeu sua fazenda lá para começar uma fazenda em Alambary? Segundo a narrativa “pioneira”, ele teria “encontrado” essa terra por meio da caça, pois o mesmo era grande apreciador de caçadas de animais considerados como selvagens, por volta de 1908. Já dois anos depois, ele chega nessa região e “adquire grande área de diversos proprietários, formando em Cambará uma grande fazenda de café, com cinco mil alqueires de terra”.²⁹ Entretanto, é preciso contextualizar a situação econômica de Ribeirão Preto, já que o cultivo e exportação de café, se comparando com as “terras virgens” do norte do Paraná, já era antiga.

Segundo o artigo de Renato Leite Marcondes sobre a produção de café em Ribeirão Preto (1890-1940), comprova que, além de forte competição capitalista, havia também a decaída gradual da produção de café por volta de 1900, como podemos observar no gráfico 2 de seu estudo.³⁰ Nisso temos como hipótese: será que o Major chegara nessas terras por mero acaso (da caça), ou, contraditoriamente, por medo de

²⁷ MARTINES, N. S. M. “Preservação da história e da memória da Companhia Barbosa Ferraz/PR”. *XV Encontro Regional de História. Universidade Federal do Paraná*, Curitiba, 2016. p. 4.

²⁸ “Desbravadores do Paraná”. *O Dia PR*, ed. 9242 – Biblioteca Nacional, 1953. p. 15.

²⁹ PUGAS, A. L. *De Alambari a Cambará: um resgate histórico*. Cambará: Iara, 2002. p. 21.

falência? Já que a produção de café, em contraste com a competitividade e a exploração demasiada do solo, corroboravam para o declínio progressivo da produtividade da rubiácea.

Depois do estabelecimento do Major nessas terras, foram feitas algumas mudanças, principalmente no que se refere à modernização e ao início da construção de um polo cafeeiro, ou, da cidade, lugar de encontro e desencontro. Por isso, é de costume notarmos por meio da historiografia cambaraense, os feitos “modernizadores”, tais como a construção de infraestrutura: redes de esgoto, escolas, igrejas, bancos, cartórios, hotéis e etc. Mas o que indagamos é: por que não deram o nome de Alambary ao município em 1924, invés de Cambará? Aliás, o que representa Alambary e o que representa Cambará? E por fim, a iniciativa de colocar o nome de Cambará partira de qual classe? Nisso, temos como hipótese de que Alambary (palavra toponímia Guarani) representaria para esses “pioneiros” algo relacionado ao atraso, ao “incivilizado”.

Assim, Cambará, palavra que designa uma espécie arbórea que era abundante nessa região e fortemente comercializada pelos proprietários de terras, seria um sinônimo de modernidade, “civilização”, dinheiro e acima de tudo, superação de uma sociedade considerada “atrasada”. Nessa hipótese podemos incluir outra questão: por que o Major batizou a sua fazenda como Água do Bugre? Dado que a designação “bugre” era para se referir aos indígenas considerados “bravos” ou “difícil de lidar”. Seria a denominação dessa fazenda como forma de afronte? Seria uma maneira de dizer, o “bugre” fora ali vencido pelo grande proprietário, e que agora é só mais um monumento exposto de alguma forma, como uma cabeça de cervo na parede da casa do caçador?

Crítica à historiografia cambaraense

Nessa parte, fazemos uma reflexão sobre como a historiografia cambaraense, tradicional, que acabam por um lado reproduzindo para o imaginário da época por meio do tempo, mas que ao mesmo instante realiza diversos silenciamentos, ou que ainda, tenta se sobrepor às outras temporalidades, tais como as dos indígenas que territorializou esse espaço. Assim é pertinente, nesse momento, expressar um pouco sobre a contextualização tradicional, por meio dos livros: *De Alambari a Cambará: um resgate histórico* organizado pela Ir. Alba Pugas,³¹ iniciativa de um colégio privado

³⁰ MARCONDES, R. L. “O café em Ribeirão Preto (1890-1940)”. *História econômica e história de empresas X*. 1, [s. l.], p. 171-192, 2007. p. 180.

³¹ PUGAS, A. L. *De Alambari a Cambará: um resgate histórico*. Cambará: Iara, 2002.

de Cambará contando com a ajuda dos alunos para escreverem uma “história” no viés da “colonização” ou dos “pioneiros”; e o outro livro – base – é o da memorialista Alice do Amaral Faria,³² em que, por meio da memória, expressa suas histórias e cotidianos em Cambará já no contexto dos vencidos, ou seja, depois da década de 1920.

No primeiro livro, ele é estruturado em duas partes: a primeira sobre “História e memória de Cambará”; e a segunda, sobre “Relatos de pioneiros”. Os capítulos da primeira parte, como podemos notar, inicia de uma perspectiva da histórica dos chamados “pioneiros”, como: “1. Terra da promissão”; “2. Primeiros colonizadores”; “5. Contribuição da Família Barbosa”; “15. O progresso de Cambará de outrora”; enfim, os designativos de alguns capítulos da primeira parte, temos o indicador de que a história e a memória que serão tratadas nesse livro são das classes dominantes, pois não incorpora as outras memórias inclusas nessa sociedade – tais como as dos caboclos-posseiros e dos povos indígenas. A única vez que os indígenas são mencionados, é na página 15, no capítulo 1, expressando o seguinte:

Cambará já foi um dos mais prósperos municípios do estado do Paraná. Era constituído por uma parte da fazenda do Coronel Joaquim Severo Batista. A fazenda do coronel estendia-se entre os rios Paranapanema e Cinzas, medindo quarenta e um mil alqueires de ótimas terras cobertas de extensa floresta. Essas terras eram quase despovoadas, habitadas apenas pelos índios Caingangues, nas margens do rio Cinzas e pelos índios Chavantes nas margens do Paranapanema.³³

A história dos indígenas só é lembrada, nesse sentido, por conta dos rios que são muito próximos da cidade, tais como o rio Paranapanema e o das Cinzas. Assim, os autóctones são lembrados como “visitantes” ou “habitantes temporários”, que por alguma eventualidade (como já expressa na primeira parte desse texto) estão “despovoando” essas terras. A respeito dos posseiros-caboclos que limpavam as matas para, posteriormente, o estabelecimento dos grandes proprietários, são representados quase da mesma forma que os nativos, como podemos notar no capítulo *Primeiros colonizadores*, onde ela expressa que “depois começaram a chegar outros aventureiros que provisoriamente se instalavam às margens do rio, mas que logo iam embora em busca de novas paragens, *deixando o lugar para outros*”.³⁴ Contradictoriamente, essas populações eram tidas como “aventureiras” e que estavam ali pela simples questão de suprimir esse sentimento de aventura, para depois, “deixar” o lugar para novos moradores.

³² FARIA, A. A. *Alma da terra Cambará: portal de ouro do Norte Pioneiro*. Curitiba: Opta, 2001.

³³ PUGAS, A. L. *De Alambari a Cambará: um resgate histórico*. Cambará: Iara, 2002. p. 15, grifos do autor.

³⁴ Ibidem, p. 16, grifos do autor.

Na segunda parte desse livro, nos *Relatos de pioneiros*, a autora descreve o trabalho realizado com a população cambaraense, muitos filhos desses “pioneiros”, ou no nosso viés, “reocupantes”. Vale ressaltar, que a autora não é especialista em tal área, então a sua metodologia para abordar as fontes orais não é formal, mas sim, informal. Assim, é muito comum encontrarmos relatos que contém alguma narrativa em comum, tais como:

Relato de Orlando Varasquim: “A família Varasquim veio para Cambará para trabalhar no plantio de café e como a terra de Cambará era boa e se dizia que aqui se catava dinheiro a rodo por causa do rodo que usavam no café, então a minha família veio para cá”.

Relato de Orlando Varasquim: “a família Varasquim veio para Cambará para trabalhar no plantio de café e como a terra de Cambará era boa e se dizia que aqui se catava dinheiro a rodo por causa do rodo que usavam no café, então a minha família veio para cá.”

Relato da Irmã Maria Poças: “meus pais vieram para cá porque diziam que aqui o dinheiro se colhia nas árvores. Meu pai nunca trabalhou na roça. Quando viemos para cá, a cidade era ainda muito atrasada, mas já se chamava Cambará.”

Relato da D. Olga e D. Tereza Mischiatti: “nós somos descendentes de italianos. Meu pai se chamava João Mischiatti. Quando meu pai veio para Cambará, a Olga tinha 13 anos e eu (Tereza) tinha 16 anos. Quando chegamos em Cambará aqui era bem novo, não tinha nada, só mato.”

Relato da Senhora Ziza Arruda: “chegamos em Cambará no ano de 1926. Nós viemos de Minas Gerais de trem até Ourinhos e depois pegamos outro trem até Cambará. Aqui, naquela época, não tinha nada. Tinha muito mato e tudo era muito difícil.”³⁵

É muito comum vermos nesses relatos as narrativas em que a autora representa, em vista de “promissão” e “progresso”, *pois se catava dinheiro a rodo*; ou de que a cidade era *atrasada*; e de que, principalmente, *não tinha nada, que só tinha mato*. Essa última narrativa acaba corroborando para o mito do *vazio demográfico*, pois, “esse discurso é oriundo de uma concepção histórica que legitima poder vigente, que parte do pressuposto de que só tem importância as sociedades do passado que possuem uma relação direta com a constituição da sociedade capitalista”.³⁶

O livro da memorialista Alice do Amaral Faria, é muito interessante ao mesmo tempo que importante, pois trás um viés de seu cotidiano, além do valor afetivo que a mesma tem pela cidade. Porém acaba sendo um tanto contraditório, desde que ela não entende a história dos subalternos como parte de nossa história, ou seja, como nossos

³⁵ PUGAS, A. L. *De Alambari a Cambará: um resgate histórico*. Cambará: Iara, 2002. p. 97-113, grifos do autor.

³⁶ FRANCISCON, M. W; MARTINS, G. C. P. O indígena na ocupação do Norte do Paraná: o mito do vazio demográfico. *Revista Percurso – NEMO*, Maringá, PR, v. 10, n. 2, 2018. p. 56.

ancestrais. Como podemos observar em seu capítulo intitulado como “Falando de Cambará”, a autora nos diz que “suas origens históricas mesclam-se com as de Jacarézinho e Tomazina. Juntos, os três municípios formaram nos seus primórdios, uma verdadeira ‘ponta de lança’, para o grande desenvolvimento da região colonizadora”.³⁷ Ou seja, para a autora, de fato, a história de Cambará só começa com a chegada dos “colonizadores”, do “desenvolvimento”, sem entender toda a diversidade cultural já existente nesse espaço.

No capítulo sobre o rio Alambarí, a autora ressalta e defende que “a denominação de rio Alambarí, foi dada por meu pai, Alfredo do Amaral e Alexandre Caetano”, por conta dos peixes que picavam a perna dos cavalos na travessia do rio.³⁸ Porém, essa afirmação é muito problemática, pois o nome do rio já existia muito antes deles terem chegado, pois segundo Telêmaco Borba, nas suas observações sobre os nomes dos rios em relação com a cultura indígena, diz que:

A prova de que eram da Nação Guarany ou Tupy e de que habitavam quasi a totalidade do Estado do Paraná, ahi está nos nomes dos rios, arroios e localidades que deixaram e que são.

Vou citar alguns [...] Itaquí, Purunau, Butucuára, Caniú, Cambijú, Tibagy, Pitanguy, Carambey, Yapó, Pirahy, Conhapoxan, Jaguarycatú, Ivahy, Imbituva, e outros do planalto dos Campos Geraes.³⁹

Nisso, sabemos que os nomes dos rios, geralmente, são dados pelos indígenas, tendo um significado simbólico e ao mesmo tempo como um monumento material ou imaterial. Com a afirmação da autora, mesmo intencional ou não, é uma maneira de silenciar a história indígena nesse espaço, ou seja, deslegitimando seus atos por meio das questões materiais, tal como o novo valor que dão ao rio Alambarí, dizendo que o nome fora dado pelo seu pai. O rio Alambarí, é existente até nos dias atuais, mesmo que passando despercebido, deixa muito a oferecer para a história desse território. Portanto, consideramos o rio Alambarí como patrimônio deixado pelos primeiros habitantes desse local, resistindo como vestígio para nossa reflexão e persistindo temporalmente.

Conclusão

A partir desse estudo, tentamos esboçar o período da reocupação além dos marcos estabelecidos pelos ditos “colonizadores”. Nisso, fomos para além de 1904, do povoado

³⁷ FARIA, A. A. *Alma da terra Cambará: portal de ouro do Norte Pioneiro*. Curitiba: Opta, 2001. p. 10.

³⁸ Ibidem, p. 221.

³⁹ BORBA, T. “Observações sobre os indígenas do Estado do Paraná”. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, v. 6, p. 53-62, 1904. p. 55.

conhecido como Villa Alambary e que era parte de Jacarezinho na época. Nessa perspectiva tivemos como tarefa, evidenciar a presença indígena nesse espaço de dominação, por meio das frentes de expansão demográfica.

No decorrer do texto, nos preocupamos em analisar o avanço das frentes pioneiros fazendo um contraponto com a situação dos indígenas e dos posseiros-caboclos nesse meio. Assim tivemos que analisar o período de 1904-1924, compreendendo a transição da expansão ao “pioneerismo”. Os efeitos disso, com base teórica e documental, percebemos através das ações dos chamados “pioneiros”, tais como o latifundiário Major Barbosa Ferraz Junior e seu poder expressado por meio das significações. Esses signos, são expressos através do nome de sua fazenda Água do Bugre, no sentido de transpor sua “vitória” no campo de dominação social. Além disso, por meio da historiografia cambaraense, os efeitos da reocupação não se deram apenas através do latifundiário, mas também partindo da sociedade que ia se formando na década de 1920 no centro de Cambará. Muito disso percebemos por meio da narrativa da história “oficial”, que afirma uma história única, de um espaço que estava desocupado e que entende os nativos como algo distante, abstrato ou (in)concreto. A longo prazo, como “incivilizados”.

Concluímos que a história “cambaraense” se relaciona com a história indígena, cabocla-posseira, desde que vários de seus costumes (seja na culinária, ou nos hábitos e ações) perseveram até nos dias atuais, porém não tem sua ressignificação.⁴⁰ O rio Alambarí, ainda existe como patrimônio tanto material, como imaterial e ambiental. Além disso, se apresenta como seu real valor: como patrimônio indígena e que resiste como memória por meio das temporalidades. Assim, concordamos com Costa ao afirmar que:

a herança de bens culturais é conservada à medida que desperta as relações com as identidades culturais de um determinado local. Por isso, pode-se dizer que as categorias que envolvem o patrimônio cultural estão relacionadas à lembrança e à memória. Sabendo-se que o modo de viver e fazer de comunidades tradicionais estabelece uma relação singular com o espaço natural (quando se analisa a partir de olhos “civilizados”), é necessário perceber a importância da preservação do meio ambiente na preservação das próprias expressões culturais dos povos.⁴¹

⁴⁰ Entretanto, não é o caso do nosso estudo localizar esses elementos culinários, culturais ou costumeiros na sociedade cambaraense, pois demandaria um outro tipo de estudo, capaz de analisar essas especificidades e fazer os seus necessários apontamentos, reflexões e problematizações no que se refere para a constituição cultural das identidades presentes nessa cidade, e na formação do nordeste do Paraná.

⁴¹ COSTA, H. J. F; LIMA, L. P; SOUSA, M. S. R. “Patrimônio e pertencimento: reflexões sobre patrimônio cultural no aspecto material, imaterial e ambiental”. *Revista de Políticas Públicas*, São Luís, 2019. p. 10.

Figura 2 Localização de Cambará no início do século XXI.



Fonte INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (Ipardes). *Lei estadual nº 15.825/08 apud CUNHA, R. S. O processo de fundação do Colégio Nossa Senhora das Graças na cidade de Cambará/PR (1950-1955): política, fé e educação.* Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Norte do Paraná, Jacarezinho, PR, 2021.